

ESPLANADA GERAL

Ano XXXII Nº 479 | Janeiro de 2020

O Plano é lutar e vencer!



2019: lutas e vitórias

Renovação!

Um novo ano começa e com ele se renovam as forças para continuar a luta em defesa dos nossos direitos enquanto trabalhadores, dos serviços públicos e da soberania nacional.

O primeiro Esplanada Geral de 2020 também traz uma renovação no seu projeto gráfico. Embora a linha editorial permaneça a mesma – combativa e com o papel de esclarecer os trabalhadores do setor público sobre os desafios que lhe são impostos, instrumentalizando-os para o enfrentamento das lutas, apontando caminhos e, principalmente, convocando os diversos setores da base do Sindsep-DF para a mobilização – , o jornal traz duas novas seções: Opinião, inaugurada nesta edição pelo secretário-geral Oton Pereira Neves; e Entrevista, que traz um bate-papo com o novo diretor Executivo da CUT Brasil, João Batista Gomes, o Joãozinho.

Como muita coisa aconteceu no Brasil no ano que terminou, também trazemos nesta edição uma breve retrospectiva das lutas passadas, uma análise dos desafios que temos pela frente e as perspectivas para 2020, além de um calendário de mobilizações e de organização do nosso setor.

Mesmo sem uma matéria específica sobre o assunto, consideramos relevante lembrar neste espaço a importante vitória do povo brasileiro na defesa da democracia e do Estado democrático de direito que representa a libertação do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em novembro de 2019. Preso político e condenado sem provas, Lula estava desde abril de 2018 encarcerado na sede da Polícia Federal, em Curitiba.

Para nós, da direção do Sindsep-DF, o ataque brutal do governo ao movimento sindical ratifica a importância e a imprescindibilidade dos sindicatos na organização e defesa dos trabalhadores. Por isso, convidamos cada um dos nossos leitores a se juntarem a nós no dia 18 de março, Dia Nacional de Paralisação, Mobilização, Protesto e Greves, convocado pela CUT e demais centrais sindicais.

Vamos mostrar ao governo Bolsonaro/Guedes que não aceitaremos os retrocessos sociais!

Boa leitura!

Boas Lutas!

Feliz 2020!

Direção do Sindsep-DF
Gestão 2018/2021

Sumário

02 OPINIÃO

A agonia do sistema capitalista

04 ORGANIZAÇÃO

SINDICAL

Ano dos Congressos Sindicais

06 DESAFIOS

07 CAPA

2020: O Plano é lutar e vencer!

08 LOCAIS DE TRABALHO

2019: lutas e vitórias

11 ENTREVISTA
É tempo de reconquistar!

EXPEDIENTE

**SINDICATO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS FEDERAIS NO
DISTRITO FEDERAL
SINDSEP-DF**

END.: SBS, Qd. 1, bloco K, Ed.
Seguradoras – 16º e 17º andares
TEL.: 3212-1900/9932-4791

**SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA**
Gediel Ribeiro de Araújo Júnior
(coordenador), Fernando Martins
Machado e Joaquim Rodrigues
dos Santos Filho (adjuntos)

JORNALISTA: Giselle do Valle
(DF2361JP)

FOTOS: Arquivo Sindsep-DF
TIRAGEM: 10.000

GRÁFICA: Positiva Gráfica e
Editora

**Esta publicação foi fechada no
dia 9 de janeiro de 2020**

Contribua com a elaboração do “Esplanada Geral”. Envie as notícias do seu local de trabalho para imprensa@sindsep-df.com.br

A agonia do sistema capitalista

*Por Oton Pereira Neves



O Sistema Capitalista está agonizando! “Como assim?”, muitos dirão! Eu explico: com sua estrutura de sobrevivência baseada no lucro, o capitalismo entrou em um círculo vicioso que dá sinais de colapso.

Funciona assim: para ter lucro, o capitalismo precisa diminuir custos de produção. E como fazer isso? A resposta está nas políticas de Bolsonaro/Guedes – a mesma que tem levado centenas de trabalhadores da França e do Chile, por exemplo, a protestar nas ruas dos dois países: reduzindo salários e cortando direitos da classe trabalhadora.

Mas, como toda ação tem sempre uma reação, o resultado óbvio é que, com salários menores, os trabalhadores – que também são os consumidores da produção do capital – deixem de consumir. Com isso, todo o sistema entra em ruínas. Simples assim, mas cruel, pois essa política de massacre do trabalhador tem como consequência o aumento crescente do desemprego, da fome e da miséria.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), cerca de 820 milhões de pessoas em todo o mundo não tiveram acesso suficiente a alimentos em 2018. Os números foram divulgados em meados de 2019, no relatório anual “O

estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo”, que também apontou que no Brasil existem cerca de 5 milhões de desnutridos. Nosso país também enfrenta uma das mais altas taxas de desemprego dos últimos anos. São 11,9 milhões de pessoas sem trabalho, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados no final de novembro do ano passado.

Na tentativa de ganhar fôlego e manter uma sobrevivência, o sistema capitalista elege seus inimigos e começa a combatê-los com unhas e dentes, como se disso dependesse sua própria existência. Não é a toa que os sindicatos são a bola da vez nesse processo. Instrumento de organização da classe trabalhadora, os sindicatos são vistos como um empecilho para o lucro desenfreado do capital.

Forjados durante a revolução industrial – quando os trabalhadores viviam o ápice da exploração da mão de obra, tendo homens, mulheres, idosos e até crianças trabalhando até 18h nas fábricas, sem nenhum direito, além do mísero salário –, a organização dos trabalhadores (leia-se: os sindicatos) foi responsável pela mudança desse cenário, levando a conquistas como a previdência social (outro inimigo do capital) e melhores salários.

No Brasil, os sindicatos

conquistaram a jornada de 44/40 horas semanais, repouso remunerado, férias, 13º salário, auxílio alimentação, licenças maternidade e paternidade, saúde pública e transporte, entre outros benefícios. Os sindicatos gerais do funcionalismo público foram imprescindíveis para a conquista do Regime Jurídico Único (RJU), concurso público e a estabilidade no emprego, outros três vilões eleitos pelo governo Bolsonaro, a serviço do sistema capitalista.

Neste contexto, somos contundentes em afirmar que, embora os especialistas do capital sejam categóricos em declarar que os sindicatos precisam se reinventar para sobreviver, sugerindo que nos transformemos em uma espécie de instituição filantrópica, continuaremos firmes na defesa do salário e condições dignas para o trabalhador, pois é o capitalismo que agoniza, não só no Brasil, mas no mundo!

* Secretário-geral do Sind-sep-DF, Oton Pereira Neves é servidor do Ministério da Saúde, diretor Executivo da CUT Brasília e militante do Partido dos Trabalhadores. Tem formação em administração e atua no movimento sindical há mais de 30 anos.

Ano dos Congressos Sindicais

A organização e a instrumentalização dos trabalhadores dos setores público e privado para a defesa de seus direitos e a luta contra os retrocessos impostos por Bolsonaro/Guedes foi o centro das discussões dos congressos realizados em 2019 pelo Sindsep-DF, CUT e Condsef/Fenadsef.

■ SINDSEP-DF

Unidade barra capitalização da previdência



Realizado de 14 a 16 de março, o 16º Congresso do Sindsep-DF reuniu 104 delegados e observadores e teve como ponto central a luta para barrar a reforma da previdência. Na avaliação do secretário-geral Oton Pereira Neves, o congresso foi importante para aprofundar as discussões e definir ações contra o texto. “Embora a reforma tenha sido promulgada em novembro de 2019, os trabalhadores conseguiram barrar um

dos principais retrocessos: a criação da capitalização, que na prática seria o fim da previdência pública e solidária. Então nossa luta foi válida”, concluiu.

O Congresso também aprovou a criação das Secretarias da Juventude Trabalhadora e de Organização das Seções Sindicais, ocupadas respectivamente pelos diretores efetivos e suplentes da Gestão 2018-2021. “As duas novas pastas, somadas as

outras 12 secretarias já existentes, são estratégicas para o enfrentamento do momento atual de ataques ao serviço público e aos direitos do servidor”, comentou Neves. Também foi aprovado o plano de lutas composto de 21 itens, entre eles a revogação da EC 95/2016 e contra o desmonte do serviço público. O caderno de teses com todas as deliberações da atividade está disponível no site do sindicato.

■ CONCURTO

Organização contra a precarização do trabalho

Em outubro aconteceu o 13º Congresso Nacional da CUT – CONCURTO, realizado em Praia Grande (SP), e que teve como principal deliberação a luta intransigente em defesa dos direitos da classe trabalhadora. A delegação de Brasília contou com 110 pessoas, sendo 42 delegadas, 58 delegados, cinco observadoras e cinco observadores. Representando os tra-



balhadores do setor público do Executivo federal estavam 14 delegados eleitos em assembleia do Sindsep-DF.

A atividade serviu para atualizar o Plano de Lutas da

CUT e a estratégia de organização da classe trabalhadora, em especial debatendo a necessidade de fazer a representação dos trabalhadores não organizados, aqueles que estão no maior ní-

vel de precarização imposta pelo capitalismo utilizando a modernização do mundo do trabalho, pelo avanço das tecnologias, da robotização, para aumentar a exploração.

■ CECUT

Em defesa da democracia!

Realizado dias 8 e 9 de novembro, o 14º CECUT (Congresso Estadual da CUT Brasília – Lula Livre) foi marcado pela comemoração da liberdade do ex-presidente Lula, preso político desde 7 de abril de 2018. Para o novo presidente da entidade, eleito durante o congresso, Rodrigo Rodrigues, a defesa da democracia será uma luta incessante da CUT e sindicatos filiados. “Além da solidariedade de classe e da defesa classista, nós temos que fazer a defesa incansável da democracia. É com a democracia brasileira, com o reestabelecimento do Estado democrático de direito, que nós conseguiremos avançar nas nossas lutas e, com isso, criar as condições para defender a classe trabalhadora”

Outra tarefa da nova direção é a luta contra as desregulamentações no mundo do trabalho, que amplia a precarização. “É um desafio nosso fazer essa luta. Com a reforma sindical que se pretende, a desregulamentação é a tentativa do capital de ter lucro máximo em cima da classe



trabalhadora”, comentou.

Além do secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, eleito para a Diretoria Executiva da CUT Brasília no quadriênio 2019/2023, também compõem a diretoria estadual da entidade Ana Paula Feminella, coordenadora da Seção Sindical na Enap, e Reinaldo Felipe dos Santos, diretor adjunto da Secretaria de Assuntos Jurídicos.

■ CONDSEF/FENADSEF

Adesão à greve geral de 18 de março



Realizados dias 13,14 e 15 de dezembro, o XIII CONCONDSEF e IV CONFENADSEF aprovaram um calendário de lutas que culmina com a participação dos servidores na greve geral convocada pela CUT e demais centrais sindi-

cais para o dia 18 de março. Com a participação de cerca de 500 representantes de dezenas de categorias do setor público, o encontro ainda elegeu a nova coordenação das entidades, que foi composta por chapa única. Reconduzido ao cargo, o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, destacou a importância desse momento histórico. “A construção dessa unidade será funda-

mental para enfrentarmos os desafios que não são poucos e estão sendo impostos a nós e ao serviço público brasileiro”.

Compõem a nova direção da Condsef/Fenadsef no quadriênio 2020/2024 os diretores do Sindsep-DF Gediel Ribeiro de Araújo Júnior (1º adjunto na Secretaria de Assuntos Jurídicos, Parlamentares e de Classe); Reinaldo Felipe dos Santos (1º adjunto na Secretaria de Políticas Públicas e Sociais); Carlos Antonio de Abreu (1º adjunto na Secretaria de Gênero, Raça, Etnia e Opressões), e Mirian Vaz Parente (suplente na Direção Nacional).

Governo continua série de ataques aos serviços públicos e aos trabalhadores

Em 2019 os trabalhadores enfrentaram uma série de ataques aos seus direitos. O mais grave deles e de piores consequências foi a reforma da previdência – Emenda Constitucional 103/2019. Mas, embora o conteúdo da emenda seja muito ruim para o conjunto da classe trabalhadora, e principalmente para os servidores públicos, a organização e a unidade dos trabalhadores conseguiram barrar a proposta inicial de Bolsonaro/Guedes de implantar o sistema de capitalização, que representaria o fim da previdência pública e solidária. Uma enorme vitória para os brasileiros.

Agora, a batalha é para evitar os estragos que o chamado Plano Mais Brasil trará a toda a população brasileira. Entregue no Senado em 5 de novembro, o pacote de Bolsonaro/Guedes é

composto por três propostas de emenda à constituição: PEC Emergencial (PEC 186/2019), PEC dos Fundos Públicos (PEC 187/2019) e PEC do Pacto Federativo (PEC 188/2019), que aplicam medidas muito semelhantes as adotadas no Chile e que resultaram no caos social que o país enfrenta atualmente.

“Esse conjunto de emendas representa a destruição do serviço público e tem como maior vítima a população brasileira, já que todos são usuários dos serviços públicos, sendo mais grave para a camada mais pobre da sociedade”, afirma o secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves.

As propostas possibilitam a redução de até 25% do salário dos servidores com redução proporcional da jornada de trabalho; suspensão de concursos públicos; proibição de pro-

gressões e promoções funcionais; e a flexibilização de investimento mínimo em saúde e educação, entre outros ataques.

Além das PECs, já em tramitação no Senado, o governo anunciou que enviará um projeto de lei (PL) que acelera a privatização das empresas públicas, além do projeto de contrarreforma administrativa. A proposta prevê o fim da estabilidade no emprego e coloca fim aos concursos públicos, entre outras graves mudanças que trarão prejuízos ao povo brasileiro que utiliza os serviços públicos.

O governo federal também investe em uma agenda de privatização das empresas estatais, colocando Correios, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Eletrobras, Serpro, Dataprev, Petrobras e várias outras empresas públicas nas mãos do capital privado.

Reforma administrativa também atingirá atuais servidores

Embora o governo venha propagando que a contrarreforma administrativa não terá impacto sobre os atuais servidores, é preciso refletir sobre algumas questões, visto que o projeto integra o pacote medidas antipovo que começou a ser implementado no governo FHC, ganhou um recomeço com Temer (2016) e encontrou continuidade com Bolsonaro e Guedes.

A política econômica adotada por estes três governos geram desemprego, desestimulam a indústria,

congelam despesas correntes, privatizam empresas e serviços públicos.

Cumprindo a agenda do sistema financeiro internacional, Bolsonaro e Guedes trabalham para precarizar ainda mais as relações de trabalho e destruir os serviços públicos.

A meta é reduzir o número de cargos efetivos, baixar a remuneração, alterar a progressão e retirar benefícios. Na prática, uma nova carreira será criada, colocando os atuais planos de cargos e carreiras no modo

“extinção” e inviabilizando a luta por reestruturação de carreira, reajustes salariais e dos benefícios, e melhores condições de trabalho.

Outra mentira é que a quebra da estabilidade não vai atingir os atuais servidores, visto que a condição de estabilidade pertence ao cargo e não a pessoa do servidor. Tanto é assim que hoje, mediante Processo Administrativo Disciplinar (PAD), o servidor pode ser demitido, sem que com isso o cargo ocupado por outros servidores seja afetado.

2020: O Plano é lutar e vencer!

Diante dos inúmeros ataques aos trabalhadores e aos serviços públicos, a saída é intensificar a luta em defesa dos direitos e contra todo e qualquer retrocesso social.

Para vencer essa batalha, a CUT e demais centrais sindicais construíram um calendário de mobilização para o primeiro tri-

mestre de 2020, com início ainda em janeiro e que culmina com o Dia Nacional de Paralisação, Mobilização, Protestos e Greves, em 18 de março. O Sindsep-DF acrescentou a esse calendário algumas datas de mobilização de sua base, incluindo o seu 17º Congresso, em abril. Veja abaixo



30/11/2019: ato em defesa do serviço público

JAN ::
15

Reunião Ampliada dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep-DF para preparar o Encontro e Ato Nacional do setor, às 14h, no Auditório Francisco Zócolli (sede do Sindsep-DF)

JAN ::
16

Plenária Geral para a construção da Defesa dos Serviços Públicos no DF, às 10h, no auditório da CUT Brasília

JAN ::
23

Encontro Nacional do Departamento de Aposentados e Pensionistas da Condsef/Fenadsef

JAN ::
24

Ato Nacional dos Trabalhadores Aposentados

FEV ::
12

Audiência Pública em defesa dos Servidores e dos Serviços Públicos no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados

FEV ::
21

Bloco carnavalesco em defesa dos serviços públicos para dialogar com a sociedade de forma criativa e descontraída

MAR ::
2 a 27

Assembleias para a eleição de delegados ao 17º Congresso do Sindsep-DF

MAR ::
8

Dia Internacional das Mulher

MAR ::
18

Dia Nacional de Paralisação, Mobilização, Protesto e Greves

ABR ::
2 a 5

17º Congresso do Sindsep-DF

2019: lutas e vitórias

Além das lutas gerais, as específicas de cada local de trabalho são fundamentais para o avanço das conquistas e a construção da unidade do funcionalismo. Aqui trazemos um breve relato de algumas dessas lutas, muitas das quais continuam em 2020. As reportagens completas estão disponíveis no site

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Convocados pelo sindicato, aposentados e pensionistas da base do Sindsep-DF participaram de ato em frente ao Ministério da Economia (bloco P), no dia 13 de agosto contra a reforma da previdência. Para organizar a luta em 2020, o setor realizou o XI Seminário de Aposentados e Pensionistas filiados ao Sindsep-DF, de de 19 a 22 de setembro em Caldas Novas-GO. Com 200 delegados, o evento debateu as graves ameaças do atual governo ao serviço público e ao fun-

cionalismo e definiu o Plano de Lutas para enfrentar os retrocessos, defender a aposentadoria pública e solidária, contra o congelamento salarial e possíveis perdas salariais.

Reunião ampliada

Na quarta-feira (15/01), o Sindsep-DF realiza a reunião ampliada da categoria, no auditório do sindicato, às 14h, para tratar do Encontro Nacional do Departamento de Aposentados e Pensionistas, dia 23 de janeiro, e do ato nacional dos trabalhadores aposentados, dia 24.

MJSP E VINCULADAS

Iniciada no final do ano de 2019, as negociações para o Plano de Carreira Unificado dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Arquivo Nacional e os administrativos da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal têm continuidade em 2020. Uma nova reunião com a direção do MJSP deve acontecer ainda este mês. A expectativa é que até fevereiro a propos-

ta seja encaminhada ao Ministério da Economia.

Desrespeito à sindicalista

Em 23 de julho, o Sindsep-DF protocolou denúncia contra o chefe de Segurança do MJSP, que atuou de forma desrespeitosa e desproporcional ao abordar o servidor aposentado e diretor do Sindsep-DF José Francisco dos Santos (Chiquinho), adjunto da Secretaria de Relações Intersindicais e Parlamentares. O sindicato segue cobrando providências.

MEC

No dia 30 de dezembro, o Sindsep-DF realizou uma panfletagem seguida de ato em frente à sede do Ministério da Educação contra as declarações do assessor especial do ministro da Educação, Abraham Weintraub, senhor Victor Metta, vinculadas na mídia e redes sociais desqualificando os servidores do MEC. Em Nota de Repúdio, a Seção Sindical no órgão desmente a afirmação do assessor de que os servidores tiveram aumento real de 38% em seus salários, e classifica como inaceitável a atitude de Metta.

CAPES/CNPq

Em 2019, as duas principais agências de fomento à pesquisa no Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sofreram com cortes orçamentários do governo Bolsonaro. Somente a Capes perdeu 11.800 bolsas. Como a previsão orçamentária para este ano não é nada animadora, o Sindsep-DF busca organizar os servidores para, em conjunto com as entidades ligadas à produção científica brasileira, defender a manutenção das duas agências.

SERVIDORES MS/FUNASA CEDIDOS AO GDF

Em 2019 chegou ao fim mais uma grande luta empreendida pelo Sindsep-DF. No dia 22 de outubro foi assinado na Secretaria de Saúde o Termo de Ajuste de Conduta – TAC que garantiu a manutenção de 120 servidores da Funasa - Fundação Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde cedidos ao GDF para o trabalho de combate à dengue e demais doenças endêmicas. Já os servidores reconquistaram o pagamento da Indenização de Campo no valor de R\$ 990,00 e do adicional insalubridade, cujo retroativo será pago no início desse ano.

ENAP

Em 11 de setembro, o Sindsep-DF reuniu-se com a direção da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), para tratar dos cortes no orçamento do órgão e de possíveis prejuízos aos servidores. A manutenção da GAEG para todos os servidores da escola foi um dos assuntos abordados na reunião, além do desmonte do órgão com o fechamento das unidades descentralizadas. Sobre a devolução pelo Ministério da Economia da proposta de plano de carreira específico, o sindicato convocará assembleia em breve para definir novas ações.

FUNAI

Os servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) impuseram uma importante derrota ao governo Bolsonaro, ao conseguir incluir no texto-base da Medida Provisória (MP) 870/19 – aprovada no plenário da Câmara dos Deputados dia 22 de maio – emenda que retornou a Funai para o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e devolveu à fundação a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas. Bolsonaro havia transferido a fundação para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e repassado a atribuição de demarcação para o Ministério da Agricultura. Mas apesar disso, o governo vem buscando de todas as formas prejudicar a demarcação de terras e reduzir as atribuições do órgão. Desde novembro, a direção da Funai só autoriza a viagem de servidores às Terras Indígenas (TIs) homologadas, cujo processo de demarcação já foi concluído.

INEP

Os servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) também enfrentam a truculência e hostilização do governo, assim como os servidores de outros órgãos federais de pesquisa e produção de conhecimento. Exemplo disso é o retrocesso imposto com a criação de uma comissão para avaliação ideológica das questões do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio realizado pelo INEP.

HMAB

Após intransigência da direção do Hospital Militar de Área de Brasília (HMAB), o Sindsep-DF entrou com ação na Justiça para garantir a manutenção da jornada de 30 horas semanais praticada há décadas no hospital, e aguarda julgamento.

EX-MINC/IBRAM/IPHAN/FUNDAÇÃO PALMARES

A extinção do Ministério da Cultura com a criação da Secretaria Especial da Cultura, vinculada ao Ministério da Cidadania, inaugurou um verdadeiro caos no setor que vem sofrendo com a falta de investimentos e o desmonte de suas vinculadas.

Depois de derrotar a MP 850/2018, que extinguiu o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), os servidores lutam para evitar a privatização dos museus.

Incorporado ao Ministério do Turismo, o Iphan também sofre com o desmonte e a troca reiterada de superintendentes. Em dezembro, a autarquia responsável pela preservação de bens culturais foi criticada pelo presidente pelo embargo de obras.

Outro capítulo marcante para os servidores da Cultura em 2019 foi a nomeação do jornalista Sérgio Camargo para o cargo de presidente da Fundação Palmares, que entre outros absurdos chegou a defender o fim do Dia da Consciência Negra. Ele foi exonerado em dezembro, poucos dias após sua nomeação no início de novembro.

Para discutir os ataques à Cultura, os servidores do extinto MinC e dos órgãos vinculados realizaram em 24 de setembro o Encontro Nacional Setorial dos Servidores da Cultura que aconteceu no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

HFA

Em reunião no dia 4 de novembro, o diretor-geral do Hospital das Forças Armadas (HFA), general de Divisão Rui Yutaka Matsuda, afirmou à delegação do Sindsep-DF que o hospital pretende terceirizar 20 leitos e continuar administrando diretamente apenas dez. Os sindicalistas afirmaram que não abrem mão da contratação de servidores efetivos via concurso público, pois a terceirização precariza os serviços.

Ao longo de 2019, houve várias reuniões com a direção e assembleias com os servidores para tratar da alteração da personalidade jurídica do HFA. Uma comissão de servidores e empregados públicos foi criada para acompanhar o tema. O Sindsep-DF deve convocar um ato do setor para os próximos dias.

FNDE

Graças à pressão dos servidores, em 19 de novembro, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) retirou da pauta do Senado o Projeto de Lei 5695/2019 que transferiria para estados e municípios os recursos arrecadados pela Receita Federal do Salário-Educação, os quais são utilizados em programas administrados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Devolução dos dias descontados

A assessoria jurídica do Sindsep-DF trabalha para acelerar a devolução dos dias descontados da greve de 2010. Embora a Justiça já tenha decidido de forma definitiva a favor dos servidores do FNDE, até o momento, a direção da autarquia não cumpriu a sentença que já transitou em julgado. Para que o órgão cumpra a decisão judicial, o Sindsep-DF ingressou no Tribunal Regional Federal com requerimento para o cumprimento da sentença. No entanto, até o momento, não houve despacho pelo desembargador federal relator, Francisco de Assis Betti. A direção do sindicato pediu audiência com o desembargador para solicitar celeridade para que o dano seja reparado, visto que o processo encontra-se no seu gabinete desde 2018.

CONAB

Em mais uma demonstração de truculência, em 18 de dezembro, a direção da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) se recusou a participar de reunião de mediação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019/2020 no Tribunal Superior do Trabalho (TST) por insistir em não reconhecer a legitimidade da Fenadsef. A conduta contrária decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que reconhece a federação como a entidade representativa dos trabalhadores da companhia, e viola as normas da Organização Internacional do

Trabalho (OIT). A Fenadsef acionou sua assessoria jurídica. A vigência do atual ACT 2018/2019 foi prorrogada até 31 de janeiro.

Desmonte

Além do ACT, os trabalhadores da empresa também lutam contra o desmonte do órgão que teve 30% dos seus armazéns fechados ano passado. Em 10 de dezembro, o secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, representando a Fenadsef, participou de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a proposta de privatização da Conab.

EBSERH

Em dezembro, o juiz auxiliar do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Rogério Neiva, sinalizou que o despacho do dissídio coletivo 2019/2020 dos empregados da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), estabelecendo critérios e condições para as partes, deve ser publicado no início de fevereiro.

ACT 2020/2021

Em plenária nacional realizada em Brasília, dias 6 e 7 de dezembro, o setor aprovou a pauta de reivindicações para o ACT 2020/2021, entregue à empresa em 26 de dezembro.

VALEC

O Sindsep-DF ganhou ação na Justiça para a concessão do Steps para os trabalhadores da Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. O processo está em fase de execução.

IMBEL

O Sindsep-DF assinou o ACT 2019/2020 dos trabalhadores da Imbel - Indústria de Material Bélico do Brasil, e ganhou ação que garantiu a correção do valor do auxílio-alimentação para R\$ 33,00, em abril 2019. O retroativo da diferença dever pago no início desse ano.

Servidores aprovam atendimento móvel do sindicato

Em 23 de janeiro de 2019, o sindicato inaugurou o Sindsep-DF Itinerante, serviço de atendimento móvel que levou a entidade para além da Esplanada dos Ministérios, democratizando ainda mais o acesso de filiados e demais servidores que trabalham nas regiões administrativas do DF.

Em um ano, mais de mil servidores passaram pela van que esteve em 36 locais de trabalho no Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia, Guará e Gama. O atendimento jurídico foi o serviço mais procurado, resultando no ingresso de mais

de 200 ações judiciais a favor dos servidores, especialmente para a indenização do PASEP.

Mas também registrou mais de cem filiações, além de fazer o acolhimento de pautas de reivindicações, de denúncias e de reclamações.

Segundo o secretário-geral Oton Pereira Neves, a expectativa em 2020 é levar o Sindsep-DF Itinerante para outras cidades, como Cruzeiro, Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas, Samambaia, São Sebastião, Paranoá,



Sobradinho e Planaltina. “Tivemos uma resposta muito positiva dos servidores, tanto dos que estão na ativa quanto de aposentados e pensionistas”, afirmou. Para agendar o serviço basta enviar WhatsApp para 99812-8060 ou ligar no 3212-1900, opção 1.

RECEBA
NOSSA

NEWSLETTER

Inscreva-se no www.sindsep-df.com.br

Accesse notícias atualizadas
diariamente no site

É tempo de **reconquistar!**

Em entrevista exclusiva ao Esplanada Geral, o diretor Executivo da CUT Brasil e secretário de Comunicação do Sindsep-SP (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo), João Batista Gomes, fala sobre os desafios que os trabalhadores devem enfrentar em 2020 e os avanços de 2019, fruto da luta do conjunto da classe trabalhadora, analisa os ataques do governo Bolsonaro ao funcionalismo público e aos serviços públicos e convoca os servidores das três esferas para o Dia Nacional de paralisações, mobilização, protesto e greves, em 18 de março



Qual a sua análise do panorama político atual para o funcionalismo?

O governo Bolsonaro é um governo de ataque ao povo trabalhador. Ele quer retirar direitos, criar trabalhos precários, aumentar jornada de trabalho, congelar salários, e para isso editou a Medida Provisória 905 [2019].

Para o funcionalismo é a mesma perspectiva, mas neste caso ele ataca junto os serviços públicos através de propostas de emendas constitucionais, como a 186 [PEC Emergencial], 187 [PEC dos Fundos Públicos] e 188 [PEC do Pacto Federativo] que são verdadeiros ataques aos pilares da nação, pois é a regulamentação do congelamento dos gastos aprovado por Temer por 20 anos. O que levará à destruição de serviços de saúde, educação, segurança, lazer, esportes.

Quais as perspectivas diante dos retrocessos impostos ao conjunto da classe trabalhadora, em especial aos servidores públicos?

O que se coloca para toda a classe trabalhadora é sua defesa, não há outro caminho: resistir e lutar.

No caso do funcionalismo, penso que foi importante a Plenária realizada em 26 de dezembro chamada pela CUT e demais centrais, quando foi aprovado um calendário de mobilização nacional que culmina com o dia 18 de março, dia nacional de paralisação, mobilização, protesto e greves das três esferas: municipal, estadual e federal. Um bom caminho para forjar as lutas.

“
Não é momento de “se esconder”, é momento de resistir, de se organizar, de juntar forças com todos que querem direitos
”

Apesar das perdas, houve algumas vitórias nas batalhas travadas em 2019?

O governo pretendia ir muito mais rápido em seus ataques, mas encontrou resistência, como na reforma da previdência que não conseguiu aprovar a capitalização individual, mesmo aprovando outros itens, como a idade mínima. Penso que a unidade que está sendo construída é o nosso maior avanço.

Quais os reflexos dos ataques ao funcionalismo público para a população brasileira?

Os serviços públicos são pilares da nação. Acabar, por exemplo, com a estabilidade no emprego e com concursos públicos, vai propiciar a volta do clientelismo político, ou seja, o governo de plantão poderá colocar seus “cabos eleitorais” em cargos públicos precarizando totalmente a máquina pública.

Imaginem acabar com o Sistema Público de Saúde, como o SUS, será jogar milhões de trabalhadores sem assistência alguma de saúde, pois não terão como pagar planos de saúde e aí vai para todas as áreas.

É possível apontar saídas para esse cenário?

Sim, a saída está no fortalecimento dos sindicatos. Trazer cada servidor para essa luta e criar lutas comuns com movimentos sociais que lutam pelos serviços públicos; esclarecer a população do prejuízo que seria acabar com serviços públicos. Editar jornais, cartazes, tendo como objetivo demonstrar que Bolsonaro ataca todo povo trabalhador. Não é momento de “se esconder”, é momento de resistir, de se organizar, de juntar forças com todos que querem direitos.

Qual seria o papel dos servidores públicos nessa luta?

Os servidores públicos devem ter claro que sem luta não há conquista e nesse momento vamos precisar de cada um nesta batalha. Pois para o governo todos nós somos “inimigos dele”. É assim que Bolsonaro e seus ministros nos enxergam. E não é luta só de servidores federais, será de todos, servidores municipais, estaduais, da área da saúde, da educação, da segurança, administrativos, todos juntos, pois assim somos mais fortes.

Como os sindicatos podem ou devem atuar dentro dessa conjuntura?

Atuação dos sindicatos, em especial de seus dirigentes, será fundamental. É necessário olhar para o povo trabalhador, para os direitos, é isso que deve nos mover. Colocar os interesses dos trabalhadores e dos serviços públicos



acima de tudo. Essa batalha será fundamental, temos que colocar a luta contra as PECs da destruição dos serviços públicos como central, nos juntando com todos os trabalhadores, chamando a unidade da CUT e demais centrais. Isso forjará a luta para por fim ao governo Bolsonaro e sua política de destruição da nação.

O nosso calendário aponta o dia 18 de março como dia nacional de paralisação, o sucesso disso depende de cada sindicato espalhados em todo país, é com essa determinação que devemos iniciar esse ano de 2020.

Construir a mais ampla unidade para barrar os ataques de Bolsonaro.

Vamos à luta, pois a vitória é possível!

“
Os serviços públicos são pilares da nação. Acabar com a estabilidade no emprego e com concursos públicos vai propiciar a volta do clientelismo político
”